

# REDES-BIOMA: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA AÇÃO SOCIOPOLÍTICA EM ECORREGIÕES

---

SONIA AGUIAR<sup>1</sup>  
IARGO DE SOUZA SANTOS<sup>2</sup>  
NAYARA ARÊDES<sup>3</sup>  
SÓSTINA SILVA<sup>4</sup>

## Introdução

O ambientalismo, no Brasil, está inevitavelmente associado a um tipo de ator que emerge no contexto preparatório da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro: as redes de movimentos e organizações sociais que utilizam tecnologias telemáticas e digitais para compartilhar conhecimento, experiências e informações úteis às suas ações táticas e estratégicas. Tal método de articulação política em redes de caráter transterritorial, via sistemas de comunicação a distância, foi primeiramente adotado pelas entidades e ativistas envolvidos na preparação do Fórum Global, evento da sociedade civil paralelo e alternativo à ECO-92, cujo correspondente na Rio+20 foi a Cúpula dos Povos.

Foi com base nessa experiência e nos processos que se seguiram (em particular os das Agenda-21) que foram se constituindo as aqui denominadas redes-bioma, ou seja, redes ambientalistas que se articulam em torno dos seis biomas nacionais e encontram na identidade ecorregional um importante “sintoma de vínculo” (VILLASANTE, 1999). Três delas, o GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, a Rede Cerrado e a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), foram criadas ainda em 1992; mais adiante vieram a Associação Brasileira do Semiárido (ASA-Brasil), em 1999; a Rede Pantanal, em 2002; e a Rede Bioma Pampa, em 2006 (ver Figura 1).

---

1. Dra. em Comunicação/Ciência da Informação, com pós-doutorado em Geografia pela UFF, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS), criadora e pesquisadora do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA-UFS), coordenadora do GP Geografias da Comunicação Regional (GCR-UFS) – email: saguiar.ufs@uol.com.br

2. Jornalista graduado pela UFS, bolsista voluntário de iniciação científica à época da pesquisa - email: iargocorreia@gmail.com.

3. Jornalista graduada pela UFS, bolsista Pibic-Copes-UFS à época da pesquisa - email: nayara.aredes.jor@gmail.com.

4. Jornalista graduada pela UFS, bolsista Pibic-CNPQ à época da pesquisa -email: sostina@live.com.

Figura 1: Redes-bioma brasileiras



Fonte: Elaboração própria com base em mapa do IBGE e informações das redes estudadas (2012).

Este artigo apresenta uma síntese de investigação sobre como as redes-bioma utilizam recursos de informação e comunicação ancorados nas tecnologias digitais, tanto para articulação entre os seus nós quanto para a sua ação coletiva estratégica. Trata-se de um recorte de pesquisa mais ampla, denominada Geografias da Comunicação Ambiental no Brasil<sup>1</sup>, que converge estudos sobre as ações coletivas em rede, a comunicação ambiental e o olhar geográfico. Para isso, articulam-se trabalhos anteriores sobre redes sociais (AGUIAR, 2007a-b) com leituras que permitiram compreender o *ethos* da atuação de certas redes ambientalistas em espaços geográficos estrategicamente delimitados. A espacialidade que caracteriza (e justifica) a organização das redes-biomas corresponde às noções de “recortes regionais” e “articulações regionais”, discutidas por Bezzi (2004) e Haesbaert (2010), respectivamente.

Para melhor compreensão dos territórios em que essas redes atuam, buscou-se aporte conceitual em Capobianco (2004), que situa as “regiões fitoecológicas” no complexo conjunto de ecossistemas brasileiros, e em Leite (2007), que descreve cada bioma, tanto do ponto de vista ecológico quanto sociocultural e econômico, incluindo as principais atividades predatórias. Compreender a natureza física e cultural do bioma, além de seu histórico e situação atual, é fundamental para se avaliar com que tipo de problemas as redes-bioma lidam nesses espaços, e que tipos de estratégias adotam, de acordo com suas demandas específicas.

Nesse sentido, a abordagem empírica das redes-bioma orientou-se pelos seguintes procedimentos metodológicos: levantamento dos conteúdos disponíveis nas páginas web de cada rede, incluindo arquivos de documentos e de produtos midiáticos; análise dessa documentação sob o ponto de vista das ações comunicativas propostas pela rede e das temáticas privilegiadas; coleta de indicadores de atividade da rede no ambiente da Internet (blogs, mídias sociais e grupos de discussão); coleta de indicadores de visibilidade midiática e protagonismo da rede nos contextos regionais pertinentes (citação em matérias jornalísticas e *clippings* eletrônicos, por exemplo). De forma complementar, foram garimpadas, via mecanismos de buscas na Internet, informações sobre cada rede e as causas ambientais identificadas com o bioma em questão.

A documentação institucional das redes teve o propósito de identificar: a) os termos de compromisso entre as entidades participantes; b) os mecanismos operacionais que visam garantir a dinâmica e a “eficácia” da rede e são sintomas do grau de descentralização e horizontalidade propostos; c) os meios e modos de disseminação de informação e ideias para mobilização de ativistas, influência na opinião pública e pressão sobre os decisores de políticas públicas e estratégias mercadológicas. Na avaliação empírica específica das páginas web foram levados em conta critérios relativos a atualização, qualidade e variedade dos conteúdos, bem como à audiência presumida dos materiais.

## Perfil das redes-bioma brasileiras

As variações climáticas que ocorrem no extenso território brasileiro levaram à constituição de um complexo conjunto de ecossistemas, a partir dos quais foram identificadas 12 diferentes regiões fitoecológicas e seis ecorregiões denominadas biomas: Amazônia (ou Floresta Amazônica), Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Pampa (ou Campos Sulinos). Embora não haja unanimidade entre os pesquisadores sobre esta categorização, esses seis domínios geográficos e ecossistêmicos foram oficializados pelo Ministério do Meio Ambiente em 1996, por força da adesão à Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CAPOBIANCO, 2004). Desde então, adota-se como referência o mapa do IBGE<sup>1</sup> que demarca essas grandes “unidades geográficas contínuas, historicamente reconhecidas e ocupadas por populações humanas, ainda que sejam compostas por mosaicos de diversos ecossistemas”, como observa Leite (2007, p.14).

Em certos casos, essa classificação confunde-se com outras divisões territoriais, como a Amazônia Legal, uma construção geopolítica oficializada em 1966, que agrega nove estados com fins de planejamento regional, e o Semiárido, região delimitada desde 1991 pela Embrapa como o espaço onde ocorrem diferentes tipos de manifestações do

bioma Caatinga. Essa distinção é importante porque tais territorialidades referenciam duas das “redes-bioma” aqui estudadas (GTA e ASA), mas de forma simbiótica com os respectivos biomas a que estão associadas.

### *A Amazônia e o GTA*

A Amazônia brasileira, que cobre os seis estados da Região Norte mais partes de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, caracteriza-se por grandes extensões de florestas típicas de ambientes com alta umidade (densa e aberta, com árvores folhadas o ano inteiro). Seus pouco mais de 4 milhões de quilômetros quadrados correspondem a 47,65% do território nacional e a 80% da Amazônia Legal. Segundo Capobianco (2004, p.131) a “dimensão da Bacia Amazônica e a sua grande heterogeneidade ambiental são fatores determinantes para a existência de uma expressiva diversidade biológica”, da qual “ainda se conhece muito pouco”.

É o bioma brasileiro mais preservado em relação à sua cobertura original, porém, o que mais avança em taxas de desmatamento devido à expansão da fronteira agropecuária e do agronegócio. Sua importância para a estabilidade ambiental do Planeta se deve ao fato de que na floresta “estão fixadas mais de uma centena de trilhões de toneladas de carbono”, segundo Capobianco (2004), que explica: “Sua massa vegetal libera algo em torno de sete trilhões de toneladas de água anualmente para a atmosfera, via evapotranspiração, e seus rios descarregam cerca de 20% de toda a água doce que é despejada nos oceanos pelos rios existentes no globo terrestre” (idem, p.132).

Não é à toa, portanto, que a Amazônia seja ponto de pauta obrigatório e alvo de disputas nos grandes debates sobre “o futuro do Planeta”, o que torna ambicioso o objetivo estratégico traçado pelo Grupo de Trabalho Amazônico (GTA): inserir nas políticas de desenvolvimento regional sustentável as comunidades e populações tradicionais – “as verdadeiras guardiãs da floresta” -, que compõem uma grande diversidade humana e cultural na região de menor densidade demográfica do país (e uma das mais baixas do mundo), com menos de quatro habitantes por km<sup>2</sup>.

Articulada no contexto da ECO-92 por entidades populares e técnicas, a Rede GTA é formada por “coletivos regionais” distribuídos pelos nove estados da Amazônia Legal, que mobilizam em torno de 600 entidades (dado estável desde 2006), entre ONGs, movimentos sociais, comunidades tradicionais, populações ribeirinhas, associações de trabalhadores, além de entidades ambientalistas, de assessoria técnica, de comunicação comunitária e de direitos humanos. A localização dos coletivos não obedece a um critério territorial homogêneo, mas a “percepções” socioespaciais estratégicas para a rede, podendo referenciar-se por estado ou mesorregião (Roraima, Marajó, Alto Solimões etc). Onze deles compõem o Conselho Deliberativo da Rede, e representantes de cinco entidades afiliadas formam a diretoria executiva. É por meio desses “nós coletivos” que a Rede visa obter capilaridade nas decisões internas e legitimidade nos enfrentamentos públicos pela adoção de políticas de sustentabilidade.

À época deste levantamento (2011-2012), a Rede GTA concentrava suas ações em sete eixos temáticos: produção familiar sustentável; diversidade social e ambiental;

monitoramento de conflitos socioambientais; comunicação comunitária (radiodifusão); educação para a sustentabilidade; cooperação panamazônica; gênero e cidadania. E divulgava uma lista de 120 entidades parceiras dessas ações, além de outros 26 parceiros governamentais.

## A Caatinga e a ASA

Único bioma contido inteiramente em território brasileiro, a Caatinga comporta uma vegetação típica do Nordeste (com incidências no norte de Minas Gerais), predominantemente formada por plantas xerófilas (árvores e arbustos que perdem suas folhas durante a estação seca), além de cactáceas, bromeliáceas e ervas de ciclos anuais (CAPOBIANCO, 2004, p.149). Essas características associadas à pouca incidência de chuvas e ao solo pedregoso, próprios das condições semiáridas, fazem com que a Caatinga seja considerada um bioma frágil, o que não quer dizer “pobre”, como prega o senso comum. Segundo Capobianco (p.150), “estudos recentes demonstram a existência de diversas paisagens únicas, sendo, portanto, um bioma de grande heterogeneidade” (com registro de 380 espécies vegetais endêmicas).

As quase extintas arara-azul-de-lear e ararinha-azul simbolizam, simultaneamente, a riqueza e a devastação do bioma, que já teve quase 70% da sua área alterada, de um total de 734 mil km<sup>2</sup>, que correspondiam a 8,59% do território nacional (IBGE, 2002, *apud* CAPOBIANCO, 2004, p.130). Segundo este autor, parte considerável do que hoje se classifica como caatinga já foi Mata Atlântica. São áreas “profundamente impactadas por atividades de exploração predatória, como extração madeireira para utilização como combustível e a substituição da cobertura vegetal por práticas agrícolas inadequadas às condições pedológicas e climáticas regionais” (*idem*, p.150). Além disso, o Nordeste brasileiro possui uma das maiores taxas de crescimento demográfico do país (mais de 30 milhões de pessoas) e “é a mais povoada das regiões de clima seco do mundo” (*idem*).

Não foi por acaso que o lançamento da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil) ocorreu durante a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação (COP3), realizada em Recife, em 1999. Na ocasião, foi apresentada a Declaração do Semi-Árido<sup>iii</sup>, documento que sintetiza as percepções da rede sobre a região semiárida e suas propostas para o bioma Caatinga. Associada à Declaração, os proponentes da rede formularam, em fevereiro de 2000, uma “carta de princípios” a ser assinada por todas as entidades que viessem a integrar a rede.

Em junho de 2012, o site da ASA informava a filiação de 750 organizações, entre ONGs, associações, sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, movimentos sociais, organismos de cooperação internacional públicos e privados, além de entidades religiosas. Para garantir a horizontalidade do processo decisório, as entidades-membro se organizam em fóruns ou ASAs estaduais e em Grupos de Trabalho (GTs), que subsidiam a sua coordenação-executiva (formada por dois membros de cada estado da região).

Na carta de princípios, a ASA se define como “espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada”, que “se fundamenta no compromisso com as ne-

cessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares”. Quem a subscreve se compromete a “sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável”, visando “contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido”. Do ponto de vista pragmático, o objetivo último da rede é orientar a convivência com o Semiárido, com a seca e com a baixa pluviosidade, fortalecendo a agricultura familiar em modos compatíveis com as condições ambientais da região.

### *A Mata Atlântica e a RMA*

A Mata Atlântica é a segunda maior floresta da América do Sul, que originalmente se estendia por 17 estados, ao longo de quase toda a costa brasileira (do Rio Grande do Sul ao Piauí), além de terras de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Sua vegetação nativa cobria cerca de 15% do território brasileiro (1.306.000 km<sup>2</sup>), da qual restam apenas de 7% a 8% - cerca de 100 mil km<sup>2</sup>. Ainda assim, é considerada um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas do Planeta, com cerca de 20 mil espécies de árvores, sendo oito mil delas endêmicas. Esta endemia abrange também centenas de espécies animais, entre mamíferos, aves e anfíbios. No entanto, das mais de 200 espécies ameaçadas de extinção no país, 171 são da Mata Atlântica (cf. CAPOBIANCO, 2004, pp.139-140).

É nas áreas originalmente cobertas pela Mata Atlântica que se concentra a maior parte da população brasileira (cerca de 60% ou 100 milhões de pessoas em 2012), o que explica em boa parte o processo de devastação das florestas. Os principais remanescentes do bioma “concentram-se nos estados das regiões Sul e Sudeste, recobrando parte da serra do Mar e da serra da Mantiqueira, onde o processo de ocupação foi dificultado pelo relevo acidentado e pouca infraestrutura de transporte” (CAPOBIANCO, 2004, p.141).

Foi com essa realidade em mente que um grupo de entidades que atuam nesse vasto domínio propôs a criação da Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA)<sup>iv</sup>, durante o Fórum Global. Seu objetivo era “unir forças e trocar informações” com o fim de apresentar soluções que, individualmente, as entidades locais não teriam condições de formular. Ao longo do tempo, a Rede conseguiu reunir mais de 300 filiadas (62 das quais em São Paulo), de associações de pescadores a grupos internacionais como o Greenpeace, que endossaram um estatuto de 23 páginas, formalizando suas relações de interesse comum.

Uma das peças-chave para a atuação da RMA são os grupos temáticos (GT), que discutem e formulam “análises e propostas de intervenção das entidades, a fim de colocar em prática o Plano Estratégico da RMA”. Compostos por 40 a 50 membros de organizações filiadas, os GTs assumem “a incumbência de articular ações de monitoramento e mobilização, formular propostas, realizar campanhas”. A variedade de temas com que os GTs têm que lidar supõe pessoal qualificado tanto nos conteúdos (conhecimento especializado) quanto no gerenciamento e disseminação das informações acumuladas. Nesse sentido, o trabalho colaborativo entre diversas entidades da sociedade civil tem sido fundamental nas interlocuções qualificadas com as instâncias de poder - parlamentares, governos, empresariado e organizações multilaterais.

Para facilitar o acompanhamento das políticas para a Mata Atlântica e participar dos debates com o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Mundial, o Congresso Nacional e outras instâncias decisórias, a RMA transferiu sua sede de São Paulo para Brasília, em 1999, e contratou uma equipe para formar uma secretaria-executiva, que daria suporte às deliberações das assembleias gerais e às implementações atribuídas à Coordenação Nacional. Dez anos depois, no entanto, o fechamento do escritório foi sumariamente anunciado no site da Rede, que após manter-se “congelado” por alguns anos, foi retirado do ar.

### *O Cerrado e a rede que leva seu nome*

Abrangendo cerca de 23% do território nacional e espalhado por dez estados, o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul e considerado a savana mais rica do mundo. A presença de zonas de transição com quase todos os outros biomas nacionais confere a esse conglomerado de ecossistemas um forte caráter endêmico (cerca de 4.400 espécies vegetais) e de biodiversidade. O Cerrado serve também de berço para rios que alimentam bacias de todo o continente sul-americano, sendo de fundamental importância para a manutenção dos demais biomas brasileiros.

Conhecimentos recentes sobre o Cerrado contrariam a noção amplamente difundida de que a região central do país era formada por terras estéreis, em função das suas árvores de troncos e galhos retorcidos e cascas espessas. Atualmente, o Cerrado é chamado de “celeiro do Brasil”, em decorrência da expansão agrícola, rodoviária e demográfica iniciada na década de 1960 e aprofundada entre os anos 1970 e 1980. Mas não é reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, o que o torna relegado à condição de bioma secundário, desprovido de um sistema de monitoramento adequado e de atenção às comunidades tradicionais.

Destaca-se que tais comunidades desenvolvem fortes relações de troca com o meio ambiente, criando uma identidade própria. Estudos citados por Capobianco (2004, p.145) apontam um percentual significativo de plantas locais e nativas utilizadas pela população, tanto para finalidades medicinais quanto comestíveis, em especial os frutos, que “se destacam pela variedade de formas, cores, sabores e aromas” e são utilizados em doces e bebidas. Ainda segundo este autor (p.146), com base em dados do Ibama, os desmatamentos, as queimadas e o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos já deixaram 67% de áreas do Cerrado “altamente modificadas”, com voçorocas (um tipo de erosão), assoreamentos e envenenamento dos ecossistemas. Calcula-se que apenas cerca de 20% da área original do bioma ainda estejam conservados.

Para tentar conter esse processo predatório, diversas organizações assinaram o Tratado dos Cerrados, origem da Rede, durante o Fórum Global, em 1992. O documento alerta para a falta de prioridade ao bioma no contexto das políticas públicas e para os prejuízos ambientais e sociais trazidos pelo rápido processo de ocupação agropecuária e de expansão da fronteira agrícola da região (facilitado por incentivos governamentais e multilaterais, durante décadas). Além disso, aponta ações capazes de reverter o quadro de destruição ambiental em curso e defende o reconhecimento do bioma como patrimônio nacional. O texto assume os interesses das comunidades locais, com suas simbologias e

valores culturais, e reivindica o incentivo à participação da população junto ao Estado, com base na transparência e na defesa da “sustentabilidade do desenvolvimento”.

A Rede Cerrado apresenta-se como articuladora de 300 entidades, embora liste apenas 83 filiadas, que atuam em dez unidades da federação. O perfil delas é diverso, agregando desde ONGs tradicionais como a Ecologia e Ação (Ecoa) – com projeção internacional – até associações locais como a Warã, representante da tribo A'uwé-Xavante, do Mato Grosso. As articulações entre elas são feitas por meio de um Comitê Facilitador, que é a instância de execução e representação da Rede, e de um Colegiado formado por 21 entidades que representam a Rede em subregiões. Cabe a essas instâncias “realizar, junto com a coordenação, o planejamento, monitoramento e a avaliação das ações da Rede Cerrado, constituindo-se assim em um fórum eminentemente político e estratégico”<sup>vi</sup>.

### *O Pantanal e a rede em seu entorno*

Uma das maiores planícies sedimentares do mundo, o Pantanal caracteriza-se pela alternância bem marcada de duas estações climáticas: a seca ou vazante (abril a setembro) e a chuvosa ou alagadiça (outubro a março), que provocam profundas alterações da sua paisagem em cada período. Coberta por uma grande quantidade de rios pertencentes à Bacia hidrográfica Paraná-Paraguai, esta planície ocupa em torno de 110 mil km<sup>2</sup> dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e se estende por terras de Argentina, Bolívia e Paraguai.

Conforme Capobianco (2004), praticamente toda a fauna brasileira encontra-se representada no Pantanal, de grandes mamíferos a pequenos invertebrados, passando por mais de 650 espécies de aves. No entanto, as boas condições de preservação do bioma vêm sendo ameaçadas, desde os anos 1980, por “graves impactos aos ecossistemas naturais”: “Implantaram-se grandes projetos agropecuários de soja e cana-de-açúcar, com utilização de adubos químicos e agrotóxicos em grandes quantidades. Houve, ainda, a expansão da atividade de exploração mineral de ouro e diamante e o aumento da concentração de gado, sem qualquer cuidado ou controle ambiental” (idem, pp.147-148). Três outros fatores de tensão e ameaças ao bioma são: o fato de 95% das terras pantaneiras estarem situadas em propriedades privadas, muitas das quais destinadas ao ecoturismo; o insistente projeto de construção da Hidrovia Paraná-Paraguai por um consórcio de cinco países; e a cobiça sobre o Aquífero Guarani, principal reserva subterrânea de água doce da América do Sul e um dos maiores sistemas aquíferos do mundo.

A ideia de organização da Rede Pantanal surgiu no contexto da Rio+10, visando à busca de alternativas de desenvolvimento sustentável que preservem os recursos naturais, humanos e culturais e garantam a manutenção da qualidade de vida da região pantaneira – reconhecida como Reserva da Biosfera e Patrimônio Natural da Humanidade. Para isso conta com a participação de mais de 50 instituições, incluindo representantes do Paraguai e da Bolívia, de perfil variado: associações de moradores, comunidades tradicionais, movimentos sociais, comunidades científicas e organizações internacionais como o WWF – *World Wildlife Fund*.



Cabe à Coordenação da Rede (composta por membros dos três países) zelar pelo cumprimento dos seus objetivos: apoio e proposição de políticas públicas regionais baseadas em conhecimentos científicos e tradicionais; busca de alternativas e iniciativas socioambientais viáveis; incentivo ao protagonismo das comunidades e inibição a projetos com potencial de degradação social e ambiental. Neste sentido, a Rede Pantanal tem atuado contra a construção de barragens e usinas hidrelétricas na Bacia do Alto Paraguai, acionando o poder público e a sociedade civil na promoção de estudos e campanhas.

### *O bioma Pampa e sua rede*

Ocupando dois terços do Rio Grande do Sul, a região do “pampa” – termo de origem indígena que significa “região plana” – vive o dilema entre ser considerada como um bioma autônomo (conforme Leite, 2007, com base na classificação do IBGE) ou apenas parte do bioma Campos Sulinos, como prefere Capobianco (2004, pp.150-152). Como a descrição do bioma Pampa feita por este segundo autor é muito sucinta (diferentemente dos biomas anteriores) e a rede em questão identifica-se apenas com o contexto da “campanha gaúcha”, optou-se por considerar as características apresentadas por Marcelo Leite.<sup>vii</sup>

O Pampa brasileiro corresponde a apenas um quarto do bioma sul-americano que se espalha por 700 mil km<sup>2</sup> de terras gaúchas, argentinas e uruguaias. No Brasil, alterna superfícies aplainadas cobertas de vegetação rasteira (gramíneas) com alguns arbustos e raras árvores, e terrenos ondulados, de relevo suave, que raramente ultrapassa 200 metros de altitude (conhecida como Planalto de Campanha). Diversas fontes divulgam que apenas 1% do bioma permanece protegido, enquanto ambientalistas apontam a pecuária, a lavoura de arroz e a expansão do cultivo da soja como as principais ameaças ao Pampa, não só pela exclusão dos campos nativos quanto pelo empobrecimento do solo, introdução de espécies forrageiras e desequilíbrios no sistema hídrico.

A Rede de Entidades Ambientistas e Organizações da Sociedade Civil em Defesa do Bioma Pampa é a mais nova das redes-bioma. Criada em 2006, na cidade de Santana do Livramento, conseguiu a adesão de 45 entidades à *Carta de Princípios*, entre ONGs e movimentos sociais, segundo dados do blog da organização. No documento, a Rede “propõe-se a contribuir para a constituição de políticas públicas integradas no Bioma Pampa, fortalecendo interfaces políticas, técnicas e organizacionais das organizações civis e estatais que atuam nos níveis locais”; e “a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Bioma Pampa”. No entanto, a Rede parece inativa desde julho de 2007, como será visto adiante.

### **Táticas de informação e comunicação**

Julia Corbett (2006), que analisa as táticas de comunicação de grupos ambientalistas que objetivam mudanças sociais, observa que eles competem por atenção de múltiplas audiências no mesmo espectro comunicacional que outras organizações, inclusive as adversárias. Por isso o “como” e “quando” as táticas são utilizadas faz toda a diferença. Para

a autora, a comunicação entre os membros deve estar no topo das prioridades estratégicas do grupo, por seu potencial multiplicador e mobilizador. Essa comunicação “interna” é necessária para reforçar o “senso de pertencimento” e de solidariedade e a importância de cada indivíduo para o alcance das metas coletivas.

Corbett aponta três fatores que influenciam a qualidade da comunicação dos ambientalistas: o estágio da questão ou assunto em foco (temas emergentes exigem preparação e tomada de consciência; problemas em curso necessitam de ações comunicativas constantes); o estágio institucional do grupo (de trajetória conhecida ou novato no campo); e a estruturação e competência interna para atividades de informação e comunicação (pesquisas, publicações, campanhas, abaixo-assinado, lobby etc).

A análise a seguir busca identificar como as redes-bioma brasileiras lançam mão dessas táticas de informação e comunicação, tanto para articulação entre os seus nós (comunicação interna) quanto para a sua ação coletiva estratégica (visibilidade das suas causas, influência no debate público e nos processos decisórios de seu interesse). Os dados coletados permitiram observar que as redes institucionalmente consolidadas e capilarizadas, como o GTA, a ASA e a RMA, conseguem manter, simultaneamente, uma visibilidade midiática e um estado de interação ativa entre seus membros (que se sentem motivados para realimentar a rede com sua própria comunicação local). Já outras como a Cerrado e a Pantanal, apesar de terem construído um legado informacional e uma legitimidade política ao longo do tempo, não conseguem manter uma visibilidade pública contínua, enfrentando períodos de aparente estagnação.

Reitera-se, aqui, porém, que toda rede social – sobretudo as interorganizacionais – sempre tem uma face visível, observável a partir da sua atuação pública e dos relatos de seus participantes, e uma face invisível, resultante da comunicação interna e interpessoal de seus membros (sobretudo via e-mail e listas de discussão) e também do potencial multiplicador de cada nó para fora da rede (AGUIAR, 2007a). Essa invisibilidade tática assemelha-se ao que Melucci (2001) denomina “estado de latência” dos atores da rede, que preservam sua autonomia simultaneamente aos vínculos estabelecidos. Eventualmente, tais atores emergem à superfície para alguma manifestação coletiva. Passado o período de ação, entretanto, a interação torna-se novamente invisível, voltando à forma cotidiana. A mobilização para a Rio+20 (2012) representou um desses momentos de visibilidade estratégica para redes como a RMA e a Cerrado, que atravessavam uma fase de dificuldades institucionais.

### *Notícias do GTA*

A mais antiga das redes-bioma é também a mais engajada no papel estratégico da informação e da comunicação para a atuação em rede e para mobilização de seus nós coletivos. Foi a única a participar do lançamento da Articulação Cris-Brasil (pelos Direitos de Comunicação na Sociedade da Informação), em 2004, e a divulgar um Projeto de Comunicação Pública na Amazônia, baseado em ação inter-redes. É também a única a incluir regularmente a comunicação como um dos seus eixos temáticos de ação estratégica.

Até julho de 2007, o website do GTA ([www.gta.org.br](http://www.gta.org.br)) possuía um acervo de documentos sobre sua atuação e publicava regularmente um *clipping* comentado de notícias sobre a região, além de informes enviados pelos coletivos regionais. Mas um incêndio ocorrido no escritório regional de Brasília, que coordenava a comunicação da rede, devastou sua memória. As seções correspondentes a esse acervo – Boletins, Publicações, Fotos e Vídeos – permaneciam sem conteúdos até a conclusão deste artigo, bem como ainda havia links quebrados para documentos que permitiriam conhecer melhor a atuação dos coletivos regionais.

Apesar disso, a atualização dinâmica das notícias visualizáveis a partir da página inicial do site indica que a rede tem se mantido ativa, tanto na produção de conteúdo próprio quanto pela manutenção do *clipping* em “Notícias da mídia”. Por meio de busca automática foram recuperadas outras notícias que comprovam a participação e a atuação de membros do GTA em eventos ligados às áreas de atuação (*idem* à pg. 233), como seminários, fóruns e manifestações de repúdio à política socioambiental conduzida pelo Governo Federal. Essas notícias indicam que o GTA possui visibilidade midiática regional, servindo de fonte de informação para a maioria dos portais e agências que cobrem assuntos relativos à Amazônia. Embora a radiodifusão comunitária seja defendida com ênfase no planejamento estratégico da Rede, não há informações disponíveis no site sobre programas produzidos pelos coletivos regionais.

Outra área dinâmica da página inicial do site é a que agrega notícias enviadas via Twitter relacionadas às populações tradicionais da Amazônia, aos dilemas socioambientais da região e, em menor proporção, a questões ambientais de interesse nacional. É o recurso informacional atualizado com mais frequência e que faz a ponte entre os coletivos regionais e demais integrantes da rede. O GTA possui um perfil no Facebook<sup>viii</sup>, que utiliza para interação pública e disseminação de informação, em especial as relacionadas ao mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD). Possui também um canal no Youtube<sup>x</sup>, onde armazena vídeos com depoimentos de membros e de instituições parceiras da rede relacionados às áreas temáticas às quais o GTA se dedica. O Twitter<sup>x</sup> é utilizado para divulgação de links que remetem ao site da rede ou à página no Facebook.

### *Interações da ASA*

O site da ASA (<http://www.asabrasil.org.br>) é atualizado frequentemente por uma equipe de jornalistas que compõem a assessoria de comunicação, uma atividade-meio que a coordenação da rede prioriza há mais de dez anos. Na página inicial há chamadas com links para acesso às matérias sobre as ações da ASA na imprensa (*clipping*), além de notícias e eventos, vídeos, áudios dos programas de rádio, campanhas publicitárias da rede e sites de mídias sociais. O site também apresenta sugestões de leituras sobre os temas com os quais a rede trabalha (água, sementes, desertificação, agrobiodiversidade, Rio São Francisco, agricultura familiar, entre outros), tratados em documentos, relatórios e pesquisas disponíveis em formato digital.

A ASA veicula dois boletins informativos. O primeiro, denominado “O Candeeiro”, é produzido por comunicadores populares das organizações que atuam como Unidades

Gestoras Territoriais do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), e conta histórias de convivência com o Semiárido, que compõem um “banco de experiências” bem-sucedidas, com cerca de 200 relatos. O segundo, “Compartilhando ideias”, funciona como uma *newsletter* eletrônica distribuída semanalmente a assinantes, com resumo dos principais conteúdos atualizados no site e links para redirecionamento direto.

O levantamento realizado para este estudo listou 141 *spots* de áudio produzidos pela rede, cujo conteúdo envolve temas relacionados à convivência com o Semiárido e à mulher do campo, e sinopses de 80 edições do programa Riquezas da Caatinga, enviado mensalmente a cerca de 230 rádios de todos os estados do Semiárido, juntamente com informações sobre o tema abordado e dicas aos radialistas. No acervo de áudios da ASA foi encontrada também uma radionovela (de março de 2005), cujo tema foi o acesso à utilização da água a partir da construção de cisternas. No site estão disponíveis ainda duas campanhas: “Cisternas de Plástico/PVC - Somos Contra!” e “Clima de Otimismo no Semiárido”, ambas com panfletos, material de clipagem das campanhas, peças publicitárias e *spots* de áudio próprios para serem replicados localmente.

A ASA faz uso frequente das principais mídias sociais (Facebook, Twitter, Youtube e Flickr), que são alimentadas simultaneamente com informações sobre os projetos da rede, manifestações, ações, prêmios e entrevistas com membros e agricultores. O perfil do Facebook<sup>xi</sup> (criado em 2011) tem mais de 800 adesões e bastante interação com o público a partir de discussões, comentários, compartilhamentos etc. Na página de usuário no Youtube<sup>xii</sup> foram encontrados 67 vídeos produzidos pela Articulação que apresentam entrevistas, relatos de pequenos agricultores sobre a convivência com o Semiárido, ações da ASA, discurso de coordenadores etc. Além da mídia regional, a ASA também tem tido visibilidade (como objeto ou fonte de informação) em outros veículos de abrangência nacional, como as revistas *Época*, *Superinteressante* e *Globo Rural*; os portais *Terra* e *Folha.com*; os programas *Jornal Nacional* e *Globo Ecologia*, e o diário *Correio Braziliense*.

## O legado da RMA

O anúncio do “fechamento temporário” do escritório da RMA em Brasília, datado de 01/09/2009, na página inicial do antigo site, em 2012, dava a dimensão da “paralisação” da Rede, após 17 anos de atuação “na divulgação, fortalecimento do conceito e conservação do bioma Mata Atlântica”, e de um legado informacional construído por meio de um website denso de conteúdos e cuidado visual<sup>xiii</sup>. Um exemplo disso era a seção “Entrar na mata”, que oferecia ao público uma interface interativa e didática (com recursos de animação) por meio da qual era possível explorar diversos aspectos relacionados ao bioma, incluindo o histórico da devastação e dados sobre ecossistemas, unidades de conservação e espécies ameaçadas.

Além de informar, o site também incentivava ações e atitudes por meio das seções “como denunciar” (abusos contra a Mata Atlântica), com orientações sobre a competência e a localização de cada órgão envolvido na regulamentação e fiscalização sobre o meio ambiente; e as “ecoatitudes”, que funcionavam como dicas genéricas para ajudar na preservação ambiental. A seção “notícias” – subdividida em *releases*, artigos, agenda,

boletins e banco de imagens – continha um arquivo com mais de 2.000 matérias, cuja variedade de conteúdos e atores envolvidos ajudava a compreender a trajetória e o escopo de atuação da RMA. Desse modo, era possível perceber a extensão da capilaridade da Rede, a autonomia das suas células (conforme apontado por Melucci) e a afinidade de interesses frente à preservação do bioma e do meio ambiente em geral.

Enquanto o site foi mantido online, era possível consultar um banco de publicações digitalizadas e disponíveis para *download*, composta de variados documentos concernentes às atividades da Rede, do seu plano estratégico (de 2007) a diagnósticos sobre a situação da Mata Atlântica. Na seção “Links” encontrava-se uma variedade de sites de ONGs e órgãos governamentais agrupados por cerca de 30 temáticas ambientais. Era possível ainda ter acesso à busca das entidades filiadas (denominadas “elos estaduais”), com seu histórico de conquistas, grupos temáticos, coordenação e contato. Pouco antes da Rio+20, quando comemoraria 20 anos de existência, a RMA criou uma *fanpage* no Facebook, demonstrando que, apesar da invisibilidade forçada, as relações reticulares continuavam ativas.

### **Cerrado e Pantanal**

A navegação frequente e criteriosa nas páginas virtuais mantidas pelas redes Cerrado e Pantanal, de agosto de 2011 e maio de 2012, permitiu inferir um estado de inatividade de ambas demonstrado pela desatualização dos conteúdos e pela presença de tópicos vazios. No mês de setembro de 2011, ambas chegaram a ser “tiradas do ar” em algumas ocasiões, voltando menos de uma semana depois sem qualquer alteração.

Enquanto interface virtual, o site da Rede Cerrado ([www.redecerrado.org.br](http://www.redecerrado.org.br)) organizava-se em seções de caráter institucional (histórico, objetivos, estrutura administrativa e documentos norteadores), cujo conteúdo estava integralmente disponível para *download*, em formato pdf. No entanto, foram encontrados tópicos em branco e conteúdo desatualizado em várias seções, inclusive na “Sala de Imprensa”, que visa fornecer notícias sobre as ações da Rede aos jornalistas. Além disso, o número de tópicos publicados decrescia a cada ano (107 em 2007; 66 em 2008; zero em 2009; 15 em 2010; sete em 2011; zero em janeiro de 2012). Contudo, o banner “Filie-se à Rede Cerrado”, que dava acesso à ficha de inscrição para filiação, continuava ativo.

Entre os conteúdos publicados merecem destaque: a página da “Sala Caatinga-Cerrado: comunidades eco-produtivas”, que articulava ações em torno dos dois biomas até há pouco tempo considerados os mais “pobres” do país; e o “Manifesto Contra a Construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte”, assinado e divulgado pela Rede em fevereiro de 2011. Durante buscas complementares sobre a Rede, descobriu-se a existência do “Blog da Rede Cerrado”, criado em 2007 e relativamente atualizado, mas curiosamente sem nenhum link no site<sup>xiv</sup>. Em junho de 2012, quando a coleta de dados para este estudo já havia sido encerrada, a Rede Cerrado inaugurou uma página no Facebook<sup>xv</sup> e anunciou que um novo site havia sido lançado.

Com perfil institucional semelhante ao da Rede Cerrado, o site da Rede Pantanal<sup>xvi</sup> apresentava um breve histórico da sua construção, objetivos gerais e missão previstos pelo estatuto, que podia ser “baixado” pelos visitantes. Também era possível visualizar a

lista de entidades afiliadas, ações realizadas a partir de 2005 (como campanhas e eventos promovidos ou apoiados pela Rede), bem como um apanhado de informações relativas a temáticas ambientais originadas de outras fontes. Porém, em 2012 havia áreas em que o tópico mais recente era de dois anos antes. A existência de uma “Área Restrita”, com acesso mediante login e senha, apontava a possibilidade de relações “invisíveis” entre os integrantes da rede, só investigáveis por meio de entrevistas.

### *A invisibilidade da Rede Pampa*

A diminuta quantidade de conteúdos disponíveis no blog da Rede Bioma Pampa (apenas quatro textos de conteúdo genérico) e sua desatualização (as últimas postagens foram em julho de 2007) inviabilizaram o estudo por esse caminho. Um link para outro blog levava a algumas informações sobre o encontro da Rede realizado em maio de 2007, que também não foram atualizadas desde então<sup>xvii</sup>. Ou seja, a divulgação de informações da Rede na Web está circunscrita ao período da realização de um encontro de seus integrantes, o que não permite avaliar se ela continua ativa ou não.

A Pampa não possui perfis no Twitter ou Facebook. Porém, mantém um grupo de discussão (<http://groups.yahoo.com/group/redebiomapampa>) com 69 associados, que se mantém ativo, com envio de tópicos ininterruptos desde junho de 2006, embora com evidente queda de participação a partir de 2011. Por ser um espaço restrito a associados, não foi possível coletar dados sobre o grupo para este estudo.

### **Conclusões**

O estudo das redes-bioma aqui apresentado demonstra o diferencial do movimento ambientalista na apropriação social e política das tecnologias de informação e comunicação a serviço da sobrevivência e sustentabilidade dos ecossistemas e das populações que deles necessitam visceralmente. Além de funcionarem como meio alternativo de diálogo, as plataformas tecnológicas e os ambientes midiáticos disponíveis na Internet proporcionam um inédito espaço de visibilidade, trazendo ressonância às ações em rede e criando um canal de contato com o público.

A transposição de fronteiras representada pelos meios virtuais traz às redes de organizações e movimentos sociais ambientalistas a possibilidade de uma ação mais abrangente, que não se restrinja ao caráter pontual e às pautas específicas de determinados territórios e povos. As informações divulgadas e as práticas comunicativas realizadas nessas plataformas contribuem para a credibilidade, a legitimidade, a capilaridade e a eficácia da atuação da rede frente aos seus objetivos estratégicos.

Embora suas convicções e lutas se concretizem no mundo *offline*, é a partir das páginas e ferramentas da Internet que a mobilização se efetiva, sobretudo nos casos em que as populações-alvo estão dispersas em vastos e complexos territórios, como os dos biomas brasileiros. A inserção nessa esfera de visibilidade torna-se fundamental para que a rede influencie o debate público e, através da problematização de suas pautas e do apoio às suas propostas, tenha êxito em suas ações.

Nesse sentido, a perda ou estagnação prolongada do legado informacional acumulado pelas redes Cerrado e Pantanal, assim como a perda parcial de informações pelo GTA, após o incêndio do escritório de Brasília, e a ausência temporária da Mata Atlântica do mundo virtual, com a retirada do site do ar, representam reverses importantes na atuação dessas entidades. Especialmente no que se refere à sua atualização junto às novas gerações e considerando os complexos territórios em que atuam. Os momentos de invisibilidade protagonizados por essas redes provocam um distanciamento dos espaços de visibilidade e, conseqüentemente, do debate público. Reduzem, assim, as chances no propósito de alcançar a sociedade e os formuladores das políticas públicas, perdendo-se a possibilidade de agregar parceiros e ganhar espaço nas arenas decisórias.

Apesar das restrições a seus sites e da neófito utilização das mídias sociais, as três redes-bioma mais antigas (GTA, RMA e Cerrado) ainda desfrutam de um reconhecimento pautado por seus históricos de articulação, por sua herança informacional e por sua memória coletiva, como ficou claro a partir das buscas realizadas com os nomes dessas entidades no ambiente geral da Web, na fase final da pesquisa, dias antes do início das atividades da Rio+20. Os resultados revelaram a capacidade de autorregeneração da rede, como uma emersão pública, no sentido de Melucci (2001). Não por acaso, foi nesse contexto que duas dessas redes (GTA e RMA) aderiram ao Facebook e inauguraram uma nova fase na sua trajetória, ainda não avaliada.

Já a ASA Brasil, criada sete anos depois do Fórum Global da ECO-92, em um contexto bem diferenciado, seguiu uma trajetória singular, se comparada às demais redes-bioma, pautando-se por maior grau de racionalização técnica e profissionalização das suas ações comunicativas. Os dados levantados apontam que a ASA demonstra ter um planejamento estratégico direcionado à multiplicação de informações, bem como a alcançar visibilidade midiática. Para isso, lança mão tanto de veículos dirigidos (e construídos com) as populações potencialmente beneficiárias de seus projetos, quanto de ações voltadas à formação da opinião pública em relação à caatinga e ao semiárido, em especial através do Twitter e do Facebook, e da aproximação com jornalistas da mídia de prestígio nacional. Diferencia-se, assim, das demais redes, que têm um foco de atuação concentradamente regional.

Diante desse quadro, o estudo revela, por fim, que o legado informacional é fundamental para diferenciar um “estado de latência” (MELUCCI, 2001) de um estado de invisibilidade, que pode ser confundido com inatividade. No primeiro caso, enquadra-se a Rede Pantanal, que com a estagnação de seu site (desde 2011), sem outras alternativas de comunicação visíveis (como blog e mídias sociais), permanecia submersa, sustentada apenas pela memória de outrora e por ações pontuais divulgadas por sites parceiros. No segundo, a Rede Bioma Pampa, que ao se articular exclusivamente por meio de um grupo de discussão virtual (fechado), mantém-se alheia a qualquer comunicação pública, desde poucos meses depois de ser criada, na contramão do tradicionalmente ativo e conectado movimento ambientalista gaúcho.

## Notas

- i Desenvolvida com apoio financeiro da Capes e do CNPQ (editais CHSSA 2010 e Universal 2010).
- ii Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>
- iii Disponível em: [http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=104](http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=104)
- iv Não confundir com a ONG SOS Mata Atlântica ([www.sosmatatlantica.org.br](http://www.sosmatatlantica.org.br)).
- v Em maio de 2014, a RMA recuperou seu domínio <http://rma.org.br/> e lançou seu novo website, durante a Semana da Mata Atlântica, em São Paulo.
- vi Documento disponível em: <http://www.redecerrado.org.br/index.php/carta-de-principios>
- vii Essa não é a única discordância entre os dois autores. Os dados quantitativos referentes às áreas dos biomas e percentuais de ocupação e preservação divergem quase totalmente entre ambos. Como Leite não cita diretamente as fontes desses dados, optou-se por adotar para os demais biomas os utilizados por Capobianco, geralmente baseados em fontes oficiais (Ibama e MMA, sobretudo) e em estudos empíricos devidamente citados.
- viii Ver em: <https://www.facebook.com/redegta>
- ix Ver em: <https://www.youtube.com/user/RedeGTA>
- x Ver em: <https://twitter.com/RedeGTA>
- xi Ver em: <https://pt-br.facebook.com/articulacaoemiariado>
- xii Ver em: <https://www.youtube.com/user/asabrazil1>
- xiii A coleta de dados no antigo site da RMA ([www.rma.org.br](http://www.rma.org.br)) foi encerrada em maio de 2012, pouco antes de o site ser retirado do ar pelo gestor do domínio [rma.org.br](http://rma.org.br).
- xiv O blog <http://redecerrado.blogspot.com> não foi mais atualizado após novembro de 2011.
- xv Posteriormente desativada.
- xvi O domínio [www.redepantanal.org](http://www.redepantanal.org) não estava mais disponível à época da revisão final deste artigo.
- xvii Até a revisão final deste artigo, os dois blogs ainda se encontravam nos seguintes endereços, respectivamente: [www.redebiomapampa.blogspot.com](http://www.redebiomapampa.blogspot.com) e [www.encontrobiomapampa2007.blogspot.com](http://www.encontrobiomapampa2007.blogspot.com).

## Referências bibliográficas

AGUIAR, Sonia. Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas. **Revista Informação & Informação**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. v. 12, Edição especial, 2007(a). Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1776> (acesso em: 26/03/2012).

\_\_\_\_\_. ; SOUSA, Cidoval Moraes de. **Redes regionais de intervenção socioambiental no Brasil: articulações transterritoriais**. In: Anais do VII Enanpege - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007(b).

BEZZI, Meri Lourdes. **Região, uma (re)visão historiográfica da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria(RS): Editora da UFSM, 2004.

CAPOBIANCO, João Paulo R.. Os biomas brasileiros. In: CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J.PR.; OLIVEIRA, J.A.P. (orgs.). **Meio ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós-Rio-92**. São Paulo: Estação Liberdade/ Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p.127-165.

CORBETT, Julia B. **Communicating nature: how we create and understand environmental messages**. Washington: Island Press, 2006.



HAESBAERT, Rogério. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LEITE, Marcelo. **Brasil: paisagens naturais**. São Paulo: Ática, 2007.

MELUCCI, Alberto, **A Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VILLASANTE, Tomás R. Cuatro redes para hacer transformaciones sustentables. **Política y Sociedad**, Madrid, n.31, p.37-54, 1999. Disponível em: < <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=154555> > (acesso em: 26/03/2012).

Submetido em: 13/12/2014

Aceito em: 10/08/2015

<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC20140004V1932016>



# REDES-BIOMA: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA AÇÃO SOCIOPOLÍTICA EM ECORREGIÕES

---

SONIA AGUIAR  
IARGO DE SOUZA SANTOS  
NAYARA ARÊDES  
SÓSTINA SILVA

**Resumo:** Desde a ECO-92, organizações e movimentos sociais ambientalistas vêm atuando em rede, com apoio das tecnologias de informação e comunicação a distância, visando fortalecer a capacidade de influenciar processos decisórios relativos às causas que priorizam. Algumas dessas redes articularam-se em torno dos seis biomas brasileiros e foram incorporando os recursos disponíveis na Internet para alcançar maior visibilidade pública, capilaridade e eficácia comunicativa em suas ações estratégicas. No entanto, nem todas têm conseguido manter-se atualizadas, ativas e visíveis no cada vez mais dinâmico ambiente digital, a despeito de seu legado informacional e político. Este artigo apresenta uma síntese de pesquisa comparativa entre as aqui chamadas “redes-biomas”, com base em levantamento das suas estruturas organizativas e dos recursos informacionais e comunicativos que utilizam para alcançar seus objetivos estratégicos nos contextos ecorregionais em que atuam.

**Palavras-chave:** Redes Ambientalistas; Ecorregiões; Comunicação em rede; Legado informacional.

**Abstract:** Since ECO-92, environmental organizations and social movements have been networking with the support of information and communication technologies, in order to strengthen their capacity to influence decision-making processes relating to the causes they fight for. Some of these networks have been organized around the six Brazilian official biomes and have been incorporating the resources available on the Internet to achieve greater public visibility, capillarity and communicative effectiveness on their strategic actions. However, not all of them have been able to remain updated, active and visible in the increasingly dynamic digital environment, despite its informational and political legacy. This paper presents a synthesis of a comparative research among the here called “biome-networks”, based on data collection on its organizational structures and its informational and communicative resources used to achieve its strategic aims related to the eco-regions in which they operate.

**Keywords:** Environmental networks; Eco-regions; Regional communications; Informational legacy;

**Resumen:** Desde ECO-92, las organizaciones y movimientos sociales ambientales brasileñas han estado trabajando en red, con el apoyo de las tecnologías de información y comunicación con el fin de fortalecer su capacidad para influir en los procesos de toma de decisiones relativas a las causas que dan prioridad. Algunas de estas redes se organizaron en torno a los seis biomas oficiales de Brasil y fueron incorporando los recursos disponibles en Internet para lograr una mayor visibilidad pública, capilaridad y eficacia comunicativa en sus acciones estratégicas. Sin embargo, no todas han sido capaces de mantenerse actualizadas, activas y visibles en el ambiente digital cada vez más dinámico, a pesar de su legado informativo y político. En este artículo se presenta una síntesis de la investigación comparativa entre las aquí llamadas “redes-biomas”, basado en una recopilación de datos sobre sus estructuras organizativas y los recursos informativos y comunicativos que utilizan para alcanzar sus objetivos estratégicos en las regiones ecológicas en que operan.

**Palabras clave:** Redes ambientales; Regiones ecológicas; Comunicación en red; Legado informacional;

---